



# TRANSFORMAÇÕES DOS CENTROS URBANOS E USOS TEMPORÁRIOS NO ESPAÇO: ESTUDO DE CASO EM CURITIBA, PR (CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

**Ilana Kruchelski**

Universidade Federal do Paraná | ilanakruchelski@gmail.com

---

## Sessão Temática 9: Cidade, história e cultura em disputa

---

**Resumo:** Frente a um quadro de esvaziamento demográfico dos centros urbanos, que resultou em degradação física do espaço e presença de áreas vazias ou subutilizadas, diversas intervenções têm sido realizadas, desde 1950, nas áreas centrais, empregando, muitas vezes, estratégias de urbanismo imagético e *city marketing*. Em contraposição a essas intervenções, ações de apropriação do espaço (espontânea ou planejada), sobretudo de caráter temporário e relacionadas à promoção de atividades culturais, apresentam potencial para a reanimação dos centros urbanos. Em pesquisa exploratória, a partir da análise das transformações dos centros urbanos das décadas de 1950 a 2020 e das possibilidades de ação perante a realidade dessas áreas, amparada por estudo de caso na região central de Curitiba, PR, este trabalho identifica o potencial de reanimação de áreas centrais e de sua retomada pelas populações que usam e habitam o centro por meio dos usos temporários como práticas de ressignificação do espaço.

**Palavras-chave:** centros urbanos; áreas centrais; usos temporários; planejamento urbano; espaço público.

## TRANSFORMATIONS OF URBAN CENTERS AND TEMPORARY USES OF SPACE: A CASE STUDY IN CURITIBA/PR

**Abstract:** *In the context of demographic decline in urban centers, which has led to physical degradation of space and the presence of vacant or underutilized areas, several interventions have been carried out since 1950 in central areas, often employing strategies of image-driven urbanism and city marketing. In contrast to these interventions, actions of space appropriation (spontaneous or planned), especially of a temporary nature and related to the promotion of cultural activities, show potential for the revitalization of urban centers. In an exploratory study, based on the analysis of transformations in urban centers from the 1950s to 2020 and the possibilities of action in response to the reality of these areas, supported by a case study in the central area of Curitiba, this work identifies the potential for revitalization of urban centers through temporary uses as practices of space re-signification.*

**Keywords:** *urban centers; central areas; temporary uses; urban planning; public space.*

---

## TRANSFORMACIONES DE LOS CENTROS URBANOS Y USOS TEMPORALES DEL ESPACIO: ESTUDIO DE CASO EM CURITIBA/PR

**Resumen:** *Ante un panorama de despoblación de los centros urbanos, que ha resultado en la degradación física del espacio y la presencia de áreas vacías o subutilizadas, diversas intervenciones se han realizado desde 1950 en las áreas centrales, empleando, en muchos casos, estrategias de urbanismo visual y marketing urbano. En contraposición a estas intervenciones, las acciones de apropiación del espacio (espontáneas o planificadas), especialmente de carácter temporal y relacionadas con la promoción de actividades culturales, presentan un potencial para la revitalización de los centros urbanos. En una investigación exploratoria, a partir del análisis de las transformaciones de los centros urbanos entre 1950 a 2020 y las posibilidades de acción frente a la realidad de estas áreas, respaldada por un estudio de caso en la región central de Curitiba, este trabajo identifica el potencial de revitalización de áreas centrales mediante usos temporales como prácticas de resignificación del espacio.*

**Palabras clave:** *centros urbanos; áreas centrales; usos temporales; planificación urbana; espacio público.*

## INTRODUÇÃO

Nas cidades contemporâneas, o espaço público, definido, em seu cerne, pela coletividade, vem deixando de ser o lugar do encontro e das relações sociais, sendo progressivamente subordinado à esfera privada (Carlos, 2014). No contexto da produção capitalista do espaço, fenômenos como o advento do automóvel e as atrações tecnológicas (como as redes sociais, que oferecem um contato imediato e passam a ilusão de proximidade), assim como o consumo (cujo lócus principal é encontrado nos *shoppings centers*, mas, mais recentemente, na própria palma das mãos, no celular) contribuem para a transformação e distorção das percepções de tempo e espaço. Essa dinâmica vem deslocando a vida cotidiana cada vez mais para a esfera privada, enquanto o espaço público é esvaziado (Carlos, 2014).

Segundo Carlos (2014), observa-se atualmente uma crescente separação entre o espaço privativo da casa e a rua, acompanhada pela perda do senso de comunidade nas vizinhanças e da vida coletiva nos bairros, resultando na conformação de uma cidade anônima, funcional e institucionalizada. Não obstante, a própria produção do espaço é subjugada ao valor de troca, marcando a cidade como espaço de negócios e o próprio urbano como um negócio. Indo contra os interesses coletivos da sociedade, esse contexto tem por consequência, também, um cenário de segregação social, acarretando a expulsão das classes sociais com menor poder aquisitivo das áreas centrais em função da especulação imobiliária, forçando-as a ocupar as áreas periféricas das cidades, conforme descrito por Carlos (2014) e evidenciado também por Villaça (2001).

Diante desse cenário, surgiu a mobilização (consciente ou não) da população, com a ocupação das ruas e espaços públicos — indício do descontentamento com uma cidade que não mais pertence a quem a habita (Carlos, 2014). Assim, o espaço urbano (sobretudo ruas e praças) vem se tornando recipiente de práticas de apropriação coletiva, como as manifestações por direitos, sendo o próprio direito à cidade e ao espaço pauta das reivindicações. Diante disso, é notável não apenas a importância do espaço público para a vida cotidiana, mas também o potencial de apropriações coletivas do espaço, sejam manifestações ou outros usos diversos, para a manutenção da vitalidade do espaço urbano — conforme Carlos (2014, p. 476), “o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, pelos modos de apropriação do ser humano visando a produção de sua vida (e o que isso implica)”.

Reconhecendo o papel estratégico dos centros urbanos na conformação do tecido urbano e sua importância simbólica, como parte integrante da “identidade da cidade”, este trabalho pretende explorar as transformações ocorridas nas áreas centrais. O estudo aborda, em particular, os processos de esvaziamento demográfico, iniciados na década de 1950, com as consequentes mudanças no perfil social de ocupação, e o potencial de reanimação e de retomada do espaço público por práticas de apropriação coletiva, especialmente aquelas associadas a usos temporários. Para isso, emprega-se como estudo de caso a região central de Curitiba, no Paraná, investigando as dinâmicas presentes nesse local.

O presente trabalho estrutura-se a partir de três seções, sendo a primeira dedicada à investigação das transformações ocorridas nos centros urbanos no período recente (1950-2020). A segunda seção apresenta possibilidades de ação diante do cenário identificado nas áreas centrais, indicando uma definição conceitual de usos temporários como práticas possíveis de fomentar a retomada do espaço público, com vistas à reanimação dos centros. Por sua vez, a terceira seção destina-se à compreensão das dinâmicas presentes na região central de Curitiba.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente artigo emprega como referência dados e processos discutidos em pesquisas já desenvolvidas pela autora que o subscreve, que estudou a dinâmica dos centros urbanos e propostas para sua revitalização por métodos alternativos. O artigo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória que envolveu os seguintes procedimentos: (i) levantamento bibliográfico sobre as transformações dos centros urbanos a partir de autores que tratam do assunto, sobretudo no Brasil, em vistas a contextualizar o tema; (ii) levantamento bibliográfico acerca de práticas temporárias de apropriação coletiva do espaço, a fim de compor o estado da arte de discussão dos usos temporários; (iii) e reconhecimento da região central de Curitiba por meio de dados secundários referentes à conformação desse centro urbano e de levantamentos primários de usos temporários, obtidos por meio de levantamento bibliográfico e observação participante em campo.

O levantamento da região central de Curitiba foi realizado no período de outubro de 2022 a junho de 2023, enquanto os dados adquiridos para auxiliar na caracterização da formação do centro urbano são de 1943 a 2022 e dos usos temporários são de 2019 a 2023.

## **TRANSFORMAÇÕES DOS CENTROS URBANOS**

### **CONFORMAÇÃO DOS CENTROS URBANOS E O CICLO DE TRANSFORMAÇÕES**

O surgimento dos centros urbanos, segundo Villaça (2001), relaciona-se ao ímpeto humano de poupar desgastes físicos e mentais em seus trabalhos. Ao concentrar atividades em um mesmo local, os deslocamentos das pessoas são reduzidos. No entanto, como formulado por Isaac Newton no princípio da impenetrabilidade da matéria, dois corpos não podem coexistir em uma mesma posição do espaço, sendo necessário o deslocamento de um deles. Desse modo, verifica-se uma articulação do impulso de aglomeração junto à necessidade de afastamento, dando origem ao centro urbano. Villaça (2001) pontuou que, na cidade capitalista contemporânea, essa articulação é conduzida pelo mercado e só ocorre a partir da existência de relações sociais, com a necessidade de produção e consumo, em uma dinâmica de disputas.

A partir da coexistência de diferentes classes sociais, cada uma com seu respectivo poder aquisitivo, nível de acessibilidade e interesses específicos — como a escolha por vantagens como lotes maiores em detrimento de deslocamentos reduzidos —, a dinâmica da disputa sobre o centro gera transformações intraurbanas, tanto territoriais quanto sociais (Villaça, 2001). Villaça (2001) destacou que a disputa entre as classes sociais se dá não em busca de minimizar os tempos de deslocamento, mas sim no intuito de seu controle. Desse modo, com o afastamento das classes de alta renda dos centros urbanos, afastaram-se, também, os estabelecimentos que as atendem — e afastou-se o próprio centro.

Apesar de tal afastamento, o centro continua exercendo o papel de centro principal. Segundo Villaça (2001, p. 247), “no Brasil atual, a tendência ao distanciamento do centro é clara em muitas cidades, mas ainda está longe de ser minimamente significativa quando comparada com a proximidade ao centro”. Tal proximidade pode ser justificada pelo forte valor simbólico dos centros urbanos, fundamentado na importância comunitária e social destes (ibid., 2001). O papel do centro como local de conformação de uma sociedade e espaço de articulação da cidade o torna recipiente de grande simbolismo. Sendo referência do surgimento da cidade, carrega significados e sentimento de pertencimento à sua população. Além disso, seu forte referencial simbólico funda-se na dinâmica da vida urbana encontrada nesses locais, com a vivacidade do fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, e “seu significado, por vezes, extrapola os limites da própria cidade” (Vargas; Castilho, 2009, p. 1). O próprio deslocamento do centro de modo a acompanhar o afastamento das classes de alta renda retrata essa importância simbólica (Villaça, 2001).

A partir do deslocamento das classes de alta renda, no entanto, deu-se início ao processo de “decadência” do centro. Villaça (2001) apontou que os centros das metrópoles brasileiras estão enfrentando um declínio de atividades geradoras de emprego e renda. O esvaziamento demográfico, que teve início na década de 1950 com a expansão do espaço urbano (Vargas; Castilho, 2009), fez com que atividades de comércio e serviço se deslocassem, seguidas por oportunidades de emprego e renda (Villaça, 2001). O processo de esvaziamento do centro teve sequência na década de 1960, com a formação de subcentros voltados às classes de alta renda, atraindo as atividades de comércio, serviços e lazer (ibid., 2001).

Com a difusão do uso do automóvel e o avanço do sistema viário das cidades brasileiras, na década de 1970, os “centros novos”<sup>1</sup> passaram a se afastar ainda mais, deixando de ser contíguos aos “centros velhos”, como o eram anteriormente (Villaça, 2001). Essa mobilidade territorial trouxe mais uma nova dinâmica às cidades, uma vez que o raio que as pessoas (que dispõem desse modal de transporte) podem alcançar aumentou, e vice-versa, o raio de abrangência dos estabelecimentos também ficou maior. Assim, os “centros novos” passaram a apresentar maiores dimensões — e fragmentação —, necessitando, também, de maior afastamento dos “centros velhos”. Estes, por sua vez, passaram a receber as classes de mais baixa renda, bem como o comércio e serviços que as atendem. Os “centros novos”, no

entanto, não reproduziram as características dos “centros velhos”, tratando-se, em geral, de subcentros especializados, não carregando o simbolismo dos centros urbanos (ibid., 2001).

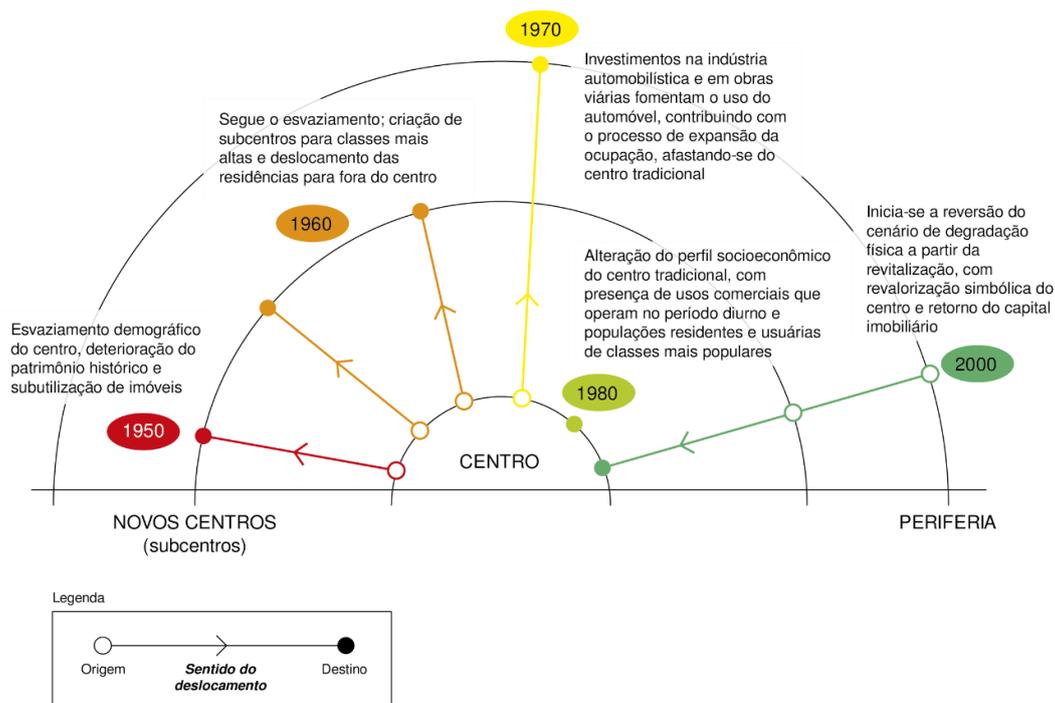
Segundo Vargas e Castilho (2009), o conceito de degradação dos centros, em sua compreensão popular, relaciona-se à perda da função característica dessas áreas, com danos às estruturas físicas e redução drástica das trocas comerciais características do local. Já conforme Villaça (2001, p. 277), “o processo popularmente chamado de “decadência” ou “deterioração” do centro consiste no seu abandono por parte das camadas de alta renda e em sua tomada pelas camadas populares”. Observa-se, nesses lugares, uma transformação do perfil de ocupação do centro, com alterações tanto de uso do solo quanto de usuários, substituindo-se atividades consideradas “nobres” por outras “de menor rentabilidade, informais e, por vezes, ilegais” (Vargas; Castilho, 2009, p. 4). Villaça (2001, p. 278) destacou que

[...] o controle (através do domínio do Estado e do mercado) que as classes de mais alta renda exercem sobre o espaço urbano e sobre o sistema de locomoção constitui-se na força preponderante na estruturação do espaço intra-urbano, inclusive no desenvolvimento dos subcentros, nos deslocamentos espaciais dos centros principais e na sua chamada deterioração ou declínio.

Assim, compreende-se que o abandono das áreas centrais por classes de mais alta renda não foi consequência de deficiências internas, mas sim tal abandono intensificou essas deficiências (Villaça, 2001). Com o esvaziamento pelas classes de alta renda, foi acarretado um processo desvalorização imobiliária dos edifícios do centro, os quais foram deixados deteriorar (ibid. 2001). Quanto à alteração do perfil social de ocupação dos centros, verificada na década de 1980, a partir de sua apropriação pelas camadas populares, isto é, pela maioria da população, Villaça (2001, p. 283) afirmou: “nessas condições, sendo o centro realmente da maioria, ele é o centro da cidade”.

A Figura 1, a seguir, ilustra as transformações ocorridas nos centros urbanos da década de 1950 à década de 2000.

Figura 1: Processos de transformações dos centros urbanos (1950-2000)



Fonte: elaborada pela autora.

A partir do esvaziamento demográfico do centro, devido ao deslocamento do uso residencial para áreas periféricas, a infraestrutura da área central passou a ser subutilizada. Conforme Blascovi (2006), o centro enfrentou deterioração de seu patrimônio histórico e passou a apresentar imóveis abandonados ou subutilizados (os vazios urbanos), gerando uma imagem de ociosidade da região que impacta diretamente a percepção da população quanto à degradação (Pio, 2014). Tais fatores passaram a compor a imagem do centro junto às mudanças do perfil demográfico.

Enquanto o uso residencial de alta renda foi deslocado do centro em função dos interesses específicos dessa classe social, as camadas populares tiveram seu uso residencial afastado devido aos altos preços da terra, inviabilizando a ocupação legal do centro por essas camadas (Blascovi, 2006). Do mesmo modo, atividades de comércio e serviços foram afetadas pelos altos impostos e aluguéis, vendo-se obrigadas a se deslocarem para outras áreas, fora do centro. Blascovi (2006) também apontou como motivo de abandono do centro os congestionamentos e a falta de estacionamentos, uma vez que o espaço urbano central, com vias estreitas, não estava apto a receber grande fluxo de automóveis, tendo sido formado antes da popularização destes. Vargas e Castilho (2009), por sua vez, destacaram o desinteresse do poder público na atuação nos centros agora abandonados, uma vez que estes passaram a apresentar menor arrecadação de impostos.

Percebe-se, a partir da atuação dos diferentes atores envolvidos, o percurso das transformações do centro urbano. Inicia-se com o esvaziamento pelas classes de alta renda,

gerando abandono da infraestrutura disponível e conseqüente degradação física do espaço. O mercado imobiliário se desloca junto ao interesse de capital, contribuindo com o esvaziamento. Segue-se com a ocupação da área central pelas camadas populares, com menor poder aquisitivo, porém não vinculada à apropriação para uso residencial. Com menor arrecadação de impostos na área, não há intervenção por parte do poder público para sua requalificação, mantendo seu estado de deterioração. Devido à sua decadência, atividades de comércio e serviço não têm interesse por se instalarem no local, de modo que há menos fatores de atração à moradia (Blascovi, 2006). Assim, completa-se o ciclo vicioso ao qual os centros urbanos estão submetidos, apresentado na Figura 2.

Figura 2: Ciclo de transformação dos centros urbanos



Fonte: elaborada pela autora.

A partir da década de 2000, no entanto, nota-se uma reversão desse ciclo de esvaziamento e degradação dos centros das cidades brasileiras, com ações de revalorização simbólica e econômica e gradativo retorno do capital imobiliário a essas áreas (Lacerda; Bernardino, 2020; Monteiro, 2015).

Presenciou-se, assim, uma alteração na dinâmica contemporânea dos modos de produção do espaço, inclusive com consórcios de investimentos públicos e privados na execução de obras urbanas, viabilizando intervenções nas áreas centrais (Blascovi, 2006). Entretanto, conforme destacaram Vargas e Castilho (2009, p. 5), "recuperar o centro das metrópoles nos dias atuais significa [...] melhorar a imagem da cidade". Ainda que dialogue diretamente com o simbolismo identitário trazido pelo centro à cidade, tal característica abre margem a projetos de embelezamento, que não melhoram propriamente a qualidade de vida de quem usa e habita esses espaços.

## INTERVENÇÕES NOS CENTROS URBANOS

A partir do cenário de degradação dos centros urbanos, foram desenvolvidos, desde a década de 1950, diversos projetos de intervenção nessas áreas, enraizados na importância simbólica do centro (Monteiro, 2015). Historicamente, os processos de intervenção nos centros urbanos tiveram como um de seus objetivos o retorno da população para essas áreas, a fim de movimentar o mercado e o capital. A partir da atuação do poder público e do setor privado, as ações para concretizar essa atração das pessoas aos centros tomaram formas diferentes ao longo das décadas, com fins também distintos (Vargas; Castilho, 2009).

Nas décadas de 1950 a 1970, as intervenções, que carregam o título de “renovações urbanas”, pautavam-se na ideologia do “novo” (Vargas; Castilho, 2009). Em 1950, destacaram-se projetos em cidades norte-americanas, com a demolição e reconstrução de grandes áreas, sem preocupação com a preservação do patrimônio (ibid., 2009). Na década de 1960, por sua vez, houve apropriação de edifícios antigos como espaços de consumo, a fim de atrair o público para retorno aos centros (ibid., 2009). Já a primeira metade da década de 1970 foi marcada por projetos segregacionistas de retomada da habitação de alta renda nos centros, com expulsão da população então residente (minorias étnicas e pobres) (ibid., 2009). Segundo Pasquotto (2010), as “renovações urbanas” contribuíram para o esvaziamento dos centros.

Na sequência, da segunda metade da década de 1970 à década de 1990, surgiram os processos denominados “preservações urbanas”, colocando em posição central nas intervenções a restauração de edifícios históricos e o resguardo da memória (Vargas; Castilho, 2009). Algumas ações realizadas, entretanto, ignoraram o contexto de inserção urbana dos edifícios históricos ao colocá-los em foco. Por outro lado, a retomada do valor simbólico dos centros como modo de atração da população, a partir da valorização da identidade da cidade, conduziu as intervenções realizadas (ibid., 2009).

Nesse período houve, ainda, fortalecimento de parcerias entre o poder público e o setor privado e a compreensão do comércio como um elemento de vitalidade urbana (Vargas; Castilho, 2009), o que gerou a implementação de empreendimentos imobiliários com benefícios mútuos aos atores. Na América Latina, “as estratégias direcionaram-se, predominantemente, às ações normativas e à criação de agências destinadas a salvaguardar os bens culturais” (Vargas; Castilho, 2009, p. 25), com intervenções isoladas e, em sua maioria, de restauração de edifícios. As intervenções nos centros desse período visaram fortalecimento da economia local a partir do envolvimento de diferentes atores, por sistemas de parcerias, e a atração do público por meio da valorização da memória, utilizando, para tal, inclusive a promoção de usos temporários, na forma de eventos.

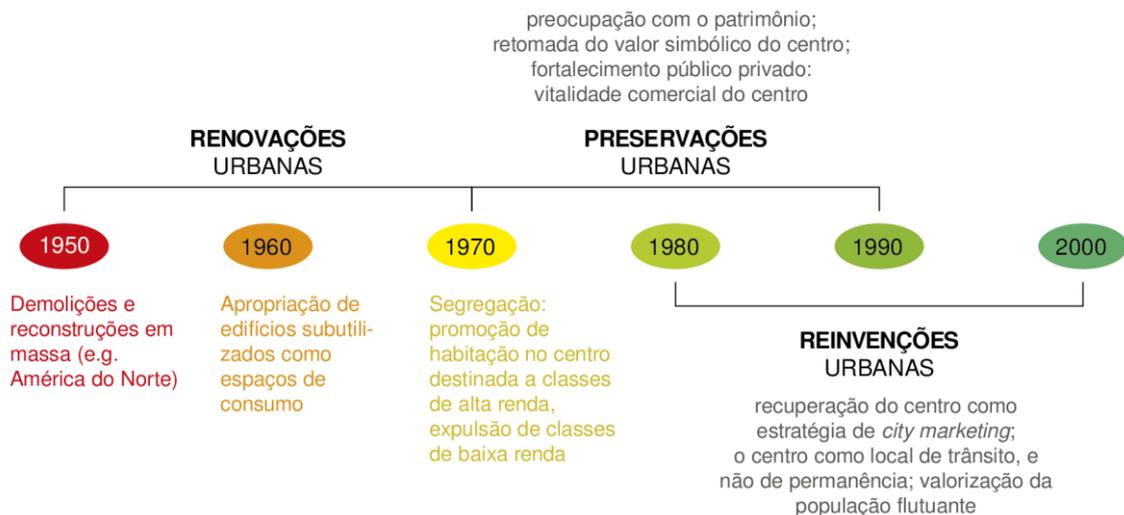
No período de 1980 a 2000, entraram em cena os projetos de “reinvenções urbanas”. Com a evolução da tecnologia e das formas de comunicação, a terra adquiriu cada vez mais um caráter de mercadoria, modificando sua condição de locus da produção para locus do consumo (Glaeser et al., 2000 apud Vargas; Castilho, 2009, p. 32). Observou-se, nesse

período, o predomínio do movimento (fluxos e trajetos) em detrimento à permanência (Vargas; Castilho, 2009). A partir dessa alteração da dinâmica das cidades e, por consequência, dos centros urbanos, parcerias público-privadas passaram a atuar por meio da lógica do planejamento de mercado, direcionado pela demanda e não mais pela oferta, introduzindo as técnicas de *city marketing* (ibid., 2009).

Sendo o centro portador de grande valor simbólico, a sua degradação, além de trazer efeitos negativos sobre a economia e a gestão urbana, atua negativamente sobre a identidade da cidade (Gadens; Ultramari; Rezende, 2007). Assim, a recuperação dos centros das cidades, nesse período, passou a ser vista como aporte para a valorização (ou reinvenção) da imagem das cidades. Desse modo, estratégias de *city marketing* receberam atenção do poder público, que ampliou atuações conjuntas com o setor privado (Vargas; Castilho, 2009). Por consequência, as ações não tiveram como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população local, a qual deveria ser o objetivo primordial das intervenções (Porter, 1996 apud Vargas; Castilho, 2009). Ao invés disso, foram direcionadas para a “população flutuante” (passageira, transitória, em fluxo), como modo de alimentação do mercado, e contribuíram para ocultar conflitos sociais e desigualdades (Vargas; Castilho, 2009).

Apesar dos meios utilizados nas “reinvenções urbanas”, observou-se o tão almejado retorno aos centros (Vargas; Castilho, 2009), dando início ao processo de reversão do esvaziamento das áreas centrais. A Figura 3, a seguir, sintetiza as intervenções realizadas em áreas centrais desde a década de 1950 até a década de 2000.

Figura 3: Caracterização das intervenções nos centros urbanos, no período de 1950-2000



Fonte: elaborada pela autora.

Em função da ausência de diagnóstico das condições dos centros, da dinâmica das cidades em que se inserem e dos interesses e necessidades da população e atores envolvidos, conforme Vargas e Castilho (2009), grande parte das intervenções realizadas nesse período esteve distante das demandas locais. Evidencia-se, especialmente, que as intervenções para recuperação das áreas centrais foram guiadas por interesses que não os de uso público e

coletivo desses locais (Sposito, 2004). Segundo Gadens, Ultramari e Rezende (2007), muitas intervenções realizadas nos centros urbanos caracterizaram-se como ações de embelezamento, com predomínio de interesses mercadológicos em detrimento às necessidades sociais.

## POSSIBILIDADES DE AÇÃO

### O TEMPO NO PLANEJAMENTO URBANO: PRÁTICAS DE APROPRIAÇÃO COLETIVA E TEMPORÁRIA DO ESPAÇO

As intervenções realizadas pelo poder público e pela iniciativa privada nos centros urbanos, desde a década de 1950, geraram ações impostas à população, sem sua participação no processo, podendo ser definidas como práticas *top-down* (de cima para baixo). Desses projetos, resultaram espaços que não atendem às necessidades e interesses da comunidade, com fraca identificação e vínculo desta ao espaço (Sobral, 2018). Apesar de tais intervenções, promovidas pelos agentes hegemônicos, podem ser identificadas diversas práticas de apropriação do espaço da cidade que buscam sua retomada por atores que foram silenciados e apagados neste processo. Exemplos dessas práticas são os usos temporários — usos que se inserem no espaço por um período limitado de tempo (Oswalt, Overmeyer e Misselwitz, 2013). Para compreendê-los, serão empregados diferentes conceitos relacionados: microrresistências (Jacques, 2011), práticas *bottom-up* (Sobral, 2018), microeventos (Herschmann e Fernandes, 2017) e cidade efêmera (Carvalho; Magalhães; Galindo, 2012).

O espaço urbano, segundo Jacques (2011), apesar de poder ser projetado para usos específicos, é definido e atualizado por aqueles que o utilizam; isto é, o espaço projetado possui o potencial de direcionar os usos, mas são as pessoas, apropriando-se do espaço, que o moldam para que melhor as atendam. Conforme pontuou a autora, essas ações, que denominou de “microrresistências”, se opõem à cidade espetacularizada, projetada por uma imagem. As práticas de microrresistência, segundo Jacques (2011), evidenciam as apropriações diversas do espaço urbano que são, muitas vezes, esquecidas ou não percebidas pelos estudos urbanos, embora devessem configurar em seu escopo. Essas ações

[...] revelam ou denunciam o que o projeto urbano hegemônico exclui, pois mostram tudo o que escapa ao projeto espetacular, explicitando as micropáticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano que não são percebidas pela maioria dos estudos urbanos mais tradicionais [...], mas que não estão, ou melhor, não deveriam estar fora do seu campo de ação (Jacques, 2011, p. 170).

Diante do cenário de insatisfação com as intervenções *top-down*, Sobral (2018) indicou o crescente engajamento da população em estratégias de retomada do espaço, em ações proativas e de auto-organização. Tais ações, de diversas naturezas e que são realizadas em ruas, praças, parques e vazios urbanos, foram caracterizadas pela autora como práticas

urbanas criativas. Essas ações, de desenvolvimento *bottom-up* (de baixo para cima), também podem ser caracterizadas como práticas de microplanejamento, com atuação central da comunidade envolvendo “intervenções de curto prazo e de baixo custo, destinadas a catalisar mudanças a longo prazo” (Sobral, 2018, p. 17). Para Hehl (2011, p. 150), “a mudança paradigmática de métodos *top-down* [...] para práticas *bottom-up*” proporciona a realização de uma cidade inclusiva, motivo pelo qual considerou esta a inovação mais importante do planejamento urbano.

No microplanejamento, a atuação de poderes locais e a inserção de grupos marginalizados têm configurado a produção do espaço urbano (Hehl, 2011). Ações “na microescala com base em práticas sociais e apropriações coletivas” (Rosa, 2011, p. 14) — configuradas como práticas *bottom-up* — têm desempenhado importante papel na configuração da paisagem urbana e na forma de pensar a cidade.

As apropriações do espaço, para Nishikawa (1984 apud Mendonça, 2007), são eventos cotidianos relacionados à vida urbana. Tais apropriações são essenciais para o real desenvolvimento socioespacial de uma localidade, o qual é colocado por Souza (2004, p. 60) como uma “mudança social positiva” que, por sua vez, deve envolver a participação da população de modo a ser autêntica, com autonomia individual e coletiva dos indivíduos e grupos envolvidos. Segundo Souza (2004), a partir do desenvolvimento socioespacial, com devida autonomia, é verificada a melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social. Nishikawa (1984 apud Mendonça, 2007), defende a realização de projetos urbanísticos que, atuando sobre a estrutura física do espaço urbano, facilitem e propiciem tais apropriações pela população.

A prática de usos temporários, que podem ser estruturados e concebidos a partir de uma lógica e propósitos distintos de outros usos relacionados a estratégias mercadológicas e de espetacularização das cidades, pode ser entendida como uma prática de resistência, de apropriação da cidade por quem a habita, e para quem os projetos urbanos deveriam ser direcionados. Tais usos são temporários não apenas na dimensão temporal da apropriação do espaço, mas são também sujeitos à temporalidade da própria vida cotidiana, transformando-se com a variação do clima e das estações, dos dias da semana e dos momentos dos dias, inserindo-se na vida urbana (Crawford, 2013). Os espaços que abrigam essas práticas de microrresistência, por sua vez, recebem novo significado, resultante da experimentação (Jacques, 2011).

De modo a compreender a natureza dos usos temporários (empregando-se, quando necessário, a denominação “eventos”, mais amplamente conhecida, embora não sejam sinônimos), deve-se desvelar duas noções: a de efemeridade e a de perenidade. A perenidade relaciona-se “a uma expectativa de continuidade ininterrupta no tempo” (Carvalho; Magalhães; Galindo, 2012, p. 3), de modo que é associada ao cotidiano, ao recorrente, ao habitual. A efemeridade, por sua vez, não se prolonga pelo tempo, sem previsão de conclusão, ela remete a um “prazo para existir ou para provocar efeitos” (ibid., 2012, p. 3). Assim, é

associada ao não-habitual. A partir dessa noção, de efemeridade, compreende-se os usos temporários. Por sua vez, os territórios diretamente ocupados pelos eventos conformam a “cidade efêmera”, manifestada sobre a “cidade cotidiana” — aquela subverte não apenas o espaço da cidade (ao abarcar novos usos), mas também o tempo (ao assumir o caráter de efemeridade) (Carvalho, 2016).

Com enfoque a práticas de apropriação coletiva do espaço e usos temporários de pequeno porte, organizados por grupos e coletivos e com pouca visibilidade na mídia tradicional, pode-se relacionar os usos temporários ao que Herschmann e Fernandes (2017) definem como “microeventos”. A realização de microeventos, segundo os autores, não requer grandes obras e intervenções no espaço urbano. Para Herschmann e Fernandes (2017), essas práticas “polinizam” o espaço urbano e contribuem não apenas para a consolidação de uma cultura de rua, mas também para a democratização da cidade. Essas iniciativas, segundo os autores, dependem do engajamento dos atores envolvidos, mas deveriam receber o apoio de políticas públicas, devido à sua importância no desenvolvimento socioespacial das cidades.

Conforme Oswalt, Overmeyer e Misselwitz (2013, p. 52, tradução nossa), o uso temporário, embora não planejado, “exerce importante papel na vida pública e cultural da cidade, bem como em seu desenvolvimento urbano, mas foi, até o momento, quase completamente ignorado em círculos oficiais de formulação de políticas e planejamento urbano”. Os autores pontuaram, ainda, que apesar de os usos temporários terem um prazo finito, os efeitos que eles geram no espaço urbano, na economia e no próprio campo cultural do local onde se inserem podem permanecer por um longo prazo ou mesmo serem duradouros, contribuindo para a renovação dessas áreas, que não o conseguem fazer por conta própria.

Para a incorporação de tais usos ao planejamento urbano, Oswalt, Overmeyer e Misselwitz (2013) defendem que não deve ser buscado determinar como o espaço será ocupado; deve-se, pois, estabelecer ferramentas para incentivar a realização dos usos no local, de forma conjunta ao Poder Público e aos demais atores envolvidos, tendo em vista que os usuários se adaptam e se tornam produtores do espaço urbano. A importância dessa aproximação (dos eventos ao planejamento urbano) é atrelada, também, às alterações que os eventos geram na dinâmica urbana, como o fluxo de pessoas e de mercadorias, a gestão de tráfego e serviços de transporte público, a demanda por serviços públicos, entre outras (Carvalho; Magalhães; Galindo, 2012). Segundo Carvalho, Magalhães e Galindo (2012), a aproximação dos eventos ao planejamento das cidades se faz necessária não apenas para o melhor aproveitamento da infraestrutura urbana, mas também a fim de incorporar a dimensão do tempo a esse planejamento.

## OS USOS TEMPORÁRIOS NO ESPAÇO URBANO

Dentre os espaços definidos como moradia, trabalho e institucional, segundo Crawford (2013, p. 151), situa-se o “espaço cotidiano”, caracterizado como “o tecido conjuntivo que une as vidas diárias” (tradução nossa). Conforme coloca o autor, apesar de serem os locais onde a

vida acontece, os espaços cotidianos são desconsiderados no discurso formal de planejamento da cidade, e tornam-se locais de realização de práticas *bottom-up*. Tais espaços vêm recebendo usos temporários diversos, que os moldam e redefinem (ibid., 2013), tal qual defendido por Jacques (2011).

A apropriação dos espaços cotidianos por usos temporários permite que esses espaços, vazios física e simbolicamente, adquiram novos significados conforme sua apropriação, em uma dinâmica de constante transformação. Conforme Crawford (2013, p. 152, tradução nossa),

Temporalmente, os espaços cotidianos existem entre os usos passados e futuros, muitas vezes com um status de não-mais-mas-ainda-não, em um padrão de retenção de valores imobiliários que podem um dia ascender. As atividades temporárias que ali acontecem também seguem padrões temporais distintos. Sem horários fixos, elas produzem seus próprios ciclos, aparecendo, reaparecendo ou desaparecendo nos ritmos da vida cotidiana.

A disposição espacial dos usos temporários é semelhante à de usos convencionais: buscam-se áreas com alto potencial de atração de pessoas. Porém cada uso busca locais que melhor o atenda — usos comerciais, por exemplo, são melhor implementados em áreas com grande fluxo de pedestres, já usos socioculturais buscam proximidade a áreas com presença de moradia. De modo geral, usos temporários são favorecidos por localizações em centros urbanos e pela proximidade ao uso habitacional (Oswalt; Overmeyer; Misselwitz, 2013).

Usos temporários, segundo Oswalt, Overmeyer e Misselwitz (2013), não existem isoladamente. A proximidade a outros usos temporários é favorável ao seu desenvolvimento, de modo que a rede colaborativa entre atores que promovem esses usos (usuários temporários) tem papel essencial na viabilidade de sua implantação. Para a seleção de locais, são visadas áreas com baixo valor ao mercado imobiliário e mesmo social, uma vez que os usuários temporários contam com grande criatividade e costumam depender de poucos insumos para concretizar suas ideias. Segundo Oswalt, Overmeyer e Misselwitz (2013), a inserção de usos temporários no espaço é muitas vezes ancorada em vazios urbanos, tanto edificadas quando não-edificadas — ao se apropriarem de edifícios abandonados, usos temporários têm o potencial de promover a preservação destes. Nem todo vazio urbano, no entanto, é propício à presença de usos temporários: a infraestrutura do local, a acessibilidade e a presença de usuários são fatores essenciais para a escolha (Oswalt; Overmeyer; Misselwitz, 2013).

Segundo Rosa (2011, p. 16), espaços residuais, “quando interpretados como campos com potencial para a prática criativa, representam uma possibilidade de reestruturação urbana comprometida com a escala local”. Por meio de apropriações culturais, residenciais ou comerciais, os vazios possibilitam o suprimento de demandas da população, não atendidas por grandes projetos urbanos: “os vazios urbanos pode estar se constituindo, assim, em laboratórios privilegiados de novas concepções e sociabilidades urbanas” (Borde, 2006, p. 13).

## ESTUDO DE CASO DE CURITIBA (PR)

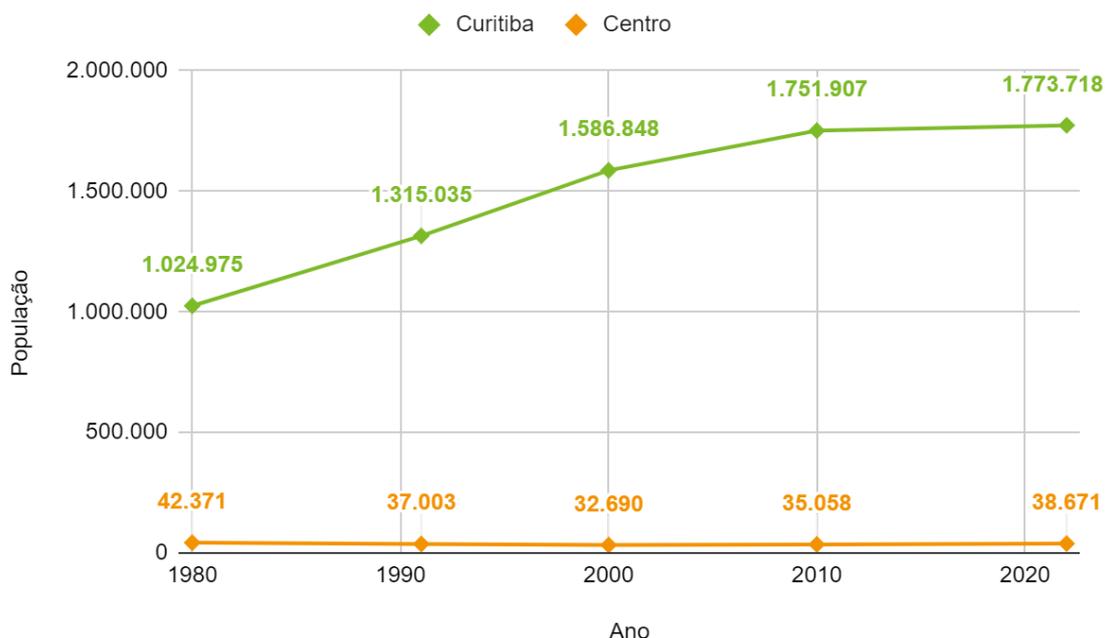
Na região central de Curitiba, especificamente na Praça Tiradentes (bairro Centro), situa-se o Marco Zero da cidade, isto é, seu ponto de origem (Gadens, 2010). O primeiro plano urbanístico da cidade (Plano Agache, de 1943) fez a previsão de um crescimento radial em torno do centro e a formação de centros especializados (militar, esportivo, de abastecimento, de educação, industrial e administrativo), dando início a um processo de expansão e descentralização (IPPUC, c2022a). Em 1964, o modelo de crescimento radial foi substituído por um modelo linear, com o Plano Preliminar de Urbanismo, estabelecendo eixos estruturais, de rápida circulação e que conectavam trechos da malha viária antes isolados (IPPUC, c2022a; Gadens, 2010).

Na década de 1970, apesar de o Centro ser o bairro mais populoso de Curitiba, a descentralização (de atividades residenciais, comerciais e de serviços) se tornou mais significativa, com investimentos (públicos e privados) sendo voltados a novas áreas de crescimento, como os eixos estruturais (Gadens, 2010). Gadens (2010, p. 58) pontua as causas dessa centralização verificada em Curitiba:

[...] constante aumento no preço da terra na área central; dificuldade de obtenção de espaço para expansão; crescimento da indústria automobilística, permitindo maior mobilidade para parte da população; e valorização das novas áreas ao longo dos eixos estruturais. [...] cabe mencionar, ainda, a presença, a partir da década de 1980, dos shopping centers, os quais, em virtude da conformação de novo comportamento dos consumidores da cidade, começam a concorrer com o comércio presente no Centro.

Já em 1985, com o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU), é proposta a descentralização administrativa com a criação de Regionais, “destinadas à operacionalização, integração e controle das atividades descentralizadas” (Curitiba, 2023). Com o PMDU, bem como com a permanência da destinação de verbas públicas às áreas de expansão, em detrimento da região central, a descentralização foi intensificada. Como parte desse contexto, ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, houve redução da população residente no Centro e expansão das áreas periféricas. O Gráfico 1 mostra esse esvaziamento, retratando a evolução do número de habitantes do bairro Centro em comparação à população de Curitiba (Gadens, 2010) — a partir de 2010, contudo, observa-se o início de uma reversão desse esvaziamento da área central.

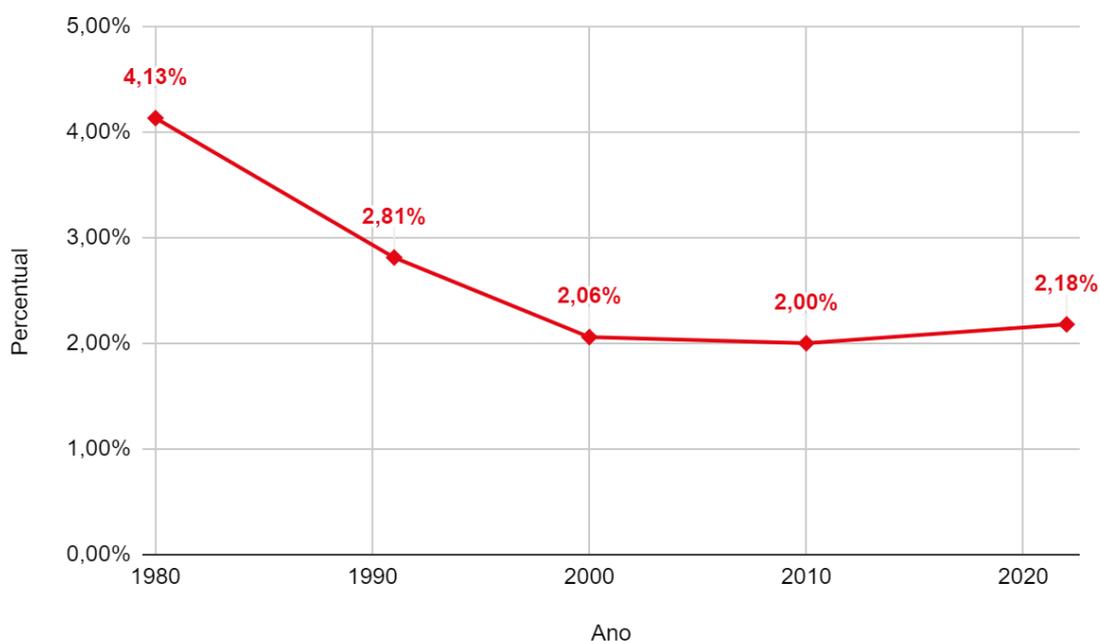
Gráfico 1: Número de habitantes do bairro Centro e de Curitiba (1980-2022)



Fonte: elaborada pela autora, com base em Gadens (2010, p. 61) e IBGE (2010, 2022).

Embora tenha havido expressivo crescimento populacional em Curitiba (Gráfico 1), o percentual da população residente no bairro Centro em relação à população total de Curitiba foi cada vez menor até 2010, chegando a apenas 2% (Gráfico 2). Mesmo com o aumento da taxa em 2022, o percentual permanece baixo. Tais dados evidenciam “a preferência pela ocupação de outras áreas que não a central” (Gadens, 2010, p. 61).

Gráfico 2: Evolução do percentual de habitantes do Centro em relação a Curitiba (1980-2022)

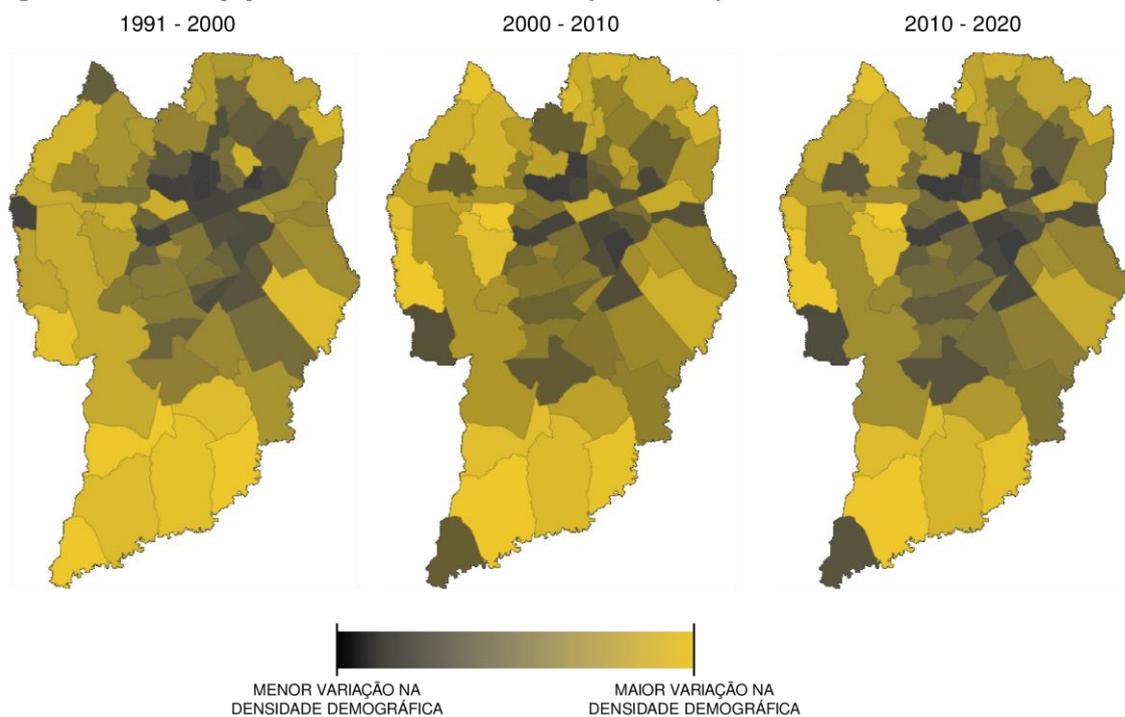


Fonte: elaborada pela autora, com base em Gadens (2010, p. 61) e IBGE (2010, 2022).

Apesar do esvaziamento demográfico, verifica-se manutenção do caráter de centralidade do bairro Centro em Curitiba, sendo o destino de um fluxo relevante de pessoas durante o dia (Gadens; Ultramari; Rezende, 2007).

O mapa da Figura 4, a seguir, retrata o crescimento populacional dos bairros de Curitiba nas últimas três décadas, demonstrando o crescimento diferenciado dos bairros, com uma expansão aos bairros periféricos e esvaziamento da área central. A partir da década de 2010, no entanto, observa-se o início de uma reversão do processo de esvaziamento do Centro, com crescimento populacional, apesar de ainda inferior aos bairros periféricos (O Expresso, 2023).

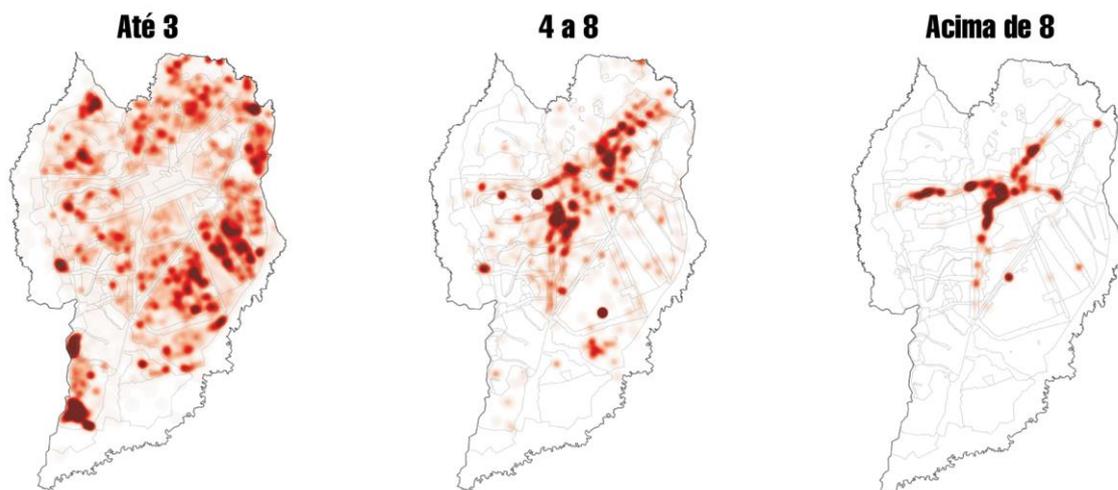
Figura 4: Crescimento populacional dos bairros de Curitiba (1991 a 2020)



Fonte: adaptado de O Expresso (2023).

Nas décadas de 2000 e 2010, com base no Perfil da Produção Imobiliária Formal em Curitiba 2000-2016, relatório elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), a região central de Curitiba e imediações concentrou a construção de edifícios com maior número de pavimentos (Curitiba, 2018a) (Figura 5).

Figura 5: Empreendimentos construídos conforme número de pavimentos (2000-2016)

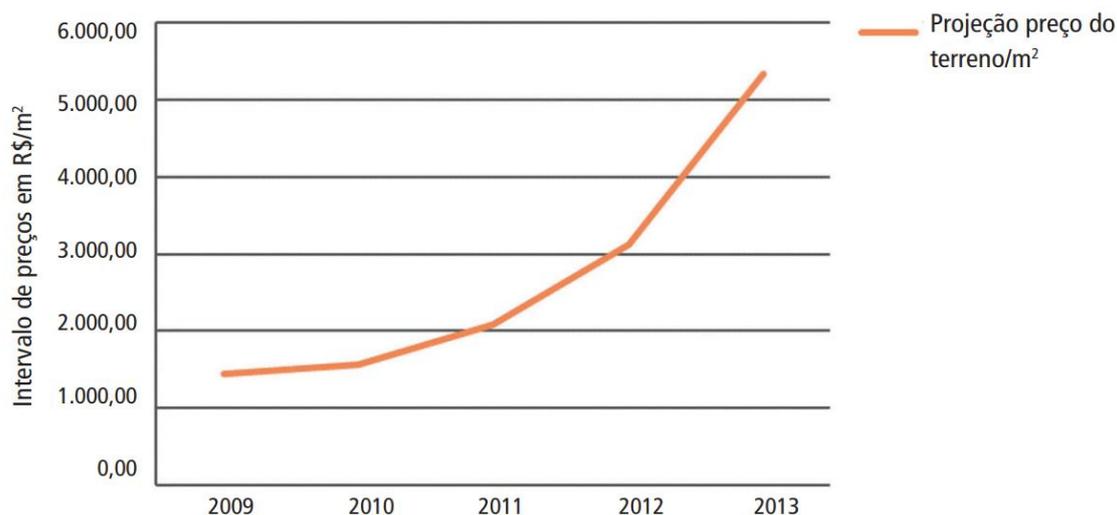


Fonte: IPPUC, 2019 (p. 63).

Pode-se vincular a reversão do processo de esvaziamento demográfico do centro à inserção de novos produtos imobiliários, que atraem público ao local, como edifícios residenciais com studios e apartamentos compactos, que apostam na facilidade de acesso que a região fornece (Abdalla, 2015).

Os novos investimentos na área central voltaram-se a um público jovem, ao passo que projetos de revitalização do centro buscaram fomentar o turismo local — projetos estes que permitiram a implantação dos novos empreendimentos imobiliários, uma vez que tornaram o local mais atrativo à atuação desses agentes (Crestani, 2015). Não obstante, observa-se um aumento significativo do preço da terra (Gráfico 3), com a média passando de R\$1.400,00/m<sup>2</sup> em 2009 a R\$5.000,00/m<sup>2</sup> em 2013. Evidencia-se, assim, um processo de aumento do preço da terra, fomentado pelas intervenções do poder público, que pode vir a provocar processos de gentrificação no local (Crestani, 2015).

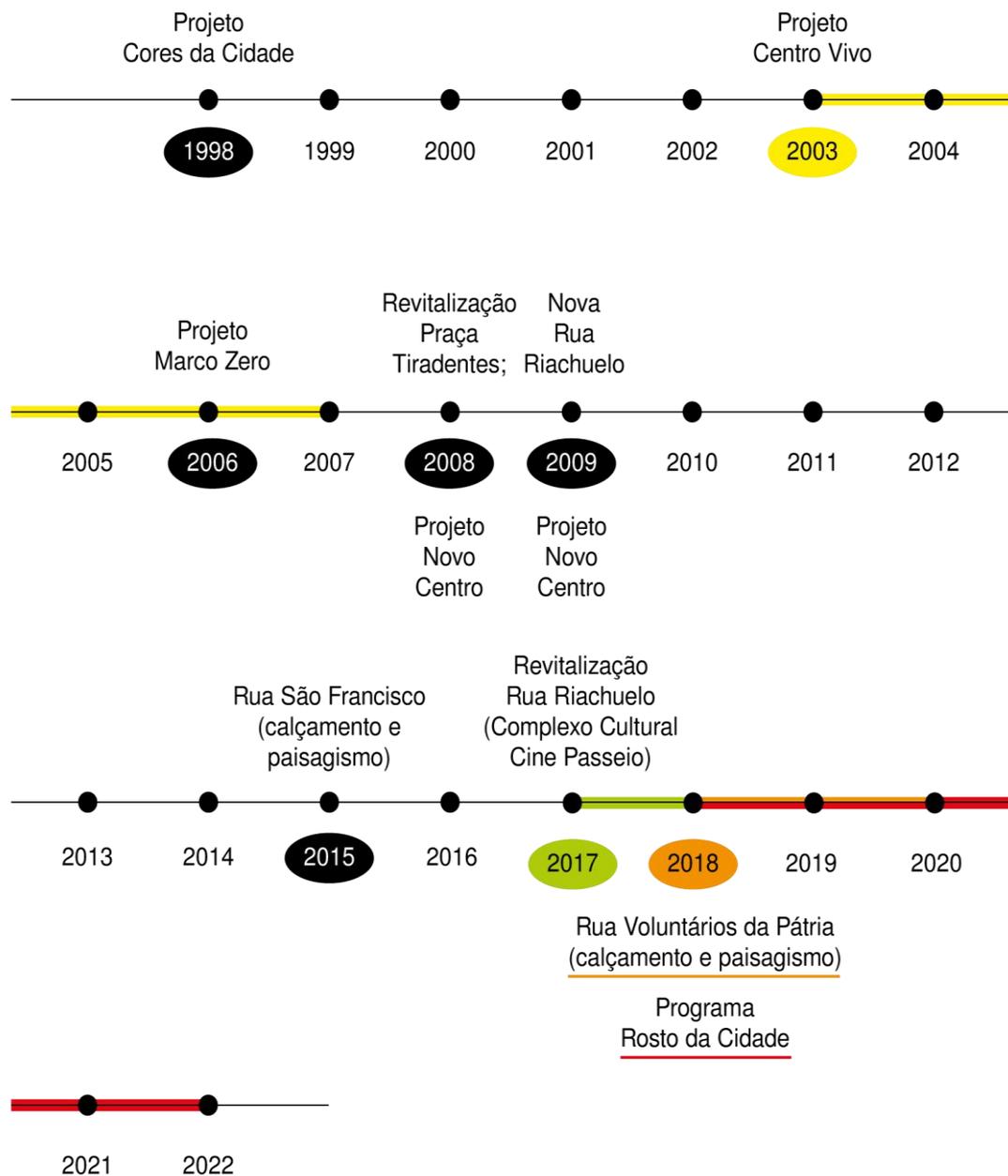
Gráfico 3: Projeção da média do preço de terrenos/m<sup>2</sup> da região central de Curitiba (2009-2013)



Fonte: Crestani, 2015.

Devido ao processo de esvaziamento observado ao longo das décadas 1970 a 2000, bem como à degradação física do espaço (atrelada ao esvaziamento), o bairro Centro foi foco de diversas intervenções, tanto do setor público quanto privado, voltadas à sua recuperação (Gadens, 2010). A Figura 6, a seguir, traz uma linha do tempo com algumas das intervenções realizadas no centro de Curitiba nas últimas décadas, demonstrando sua recorrência. Os projetos são desenvolvidos pela administração pública, e muitos deles são apoiados por associações comerciais do Paraná (Blascovi, 2006; Crestani, 2015; Gadens, 2010).

Figura 6: Linha do tempo dos projetos de recuperação da área central de Curitiba (1998-2022)



Fonte: elaborada pela autora, a partir de dados de Almeida (2009), Crestani (2015), Curitiba (1998, 2006, 2007, 2009, 2017, 2022), FGVcev (c2023) e IPPUC (c2022b).

Segundo Blascovi (2006), a desvalorização do centro de Curitiba, em ocasião de seu esvaziamento, levou à deterioração de seu patrimônio edificado e comprometeu, também, a sua dimensão simbólica. Diante desse cenário, os programas realizados pelo poder público voltaram-se à recuperação física do espaço. Dentre os projetos realizados, destacam-se o programa Marco Zero, o projeto Novo Centro e o programa Rosto da Cidade.

Com a previsão de "revitalização do centro de Curitiba garantindo diversidade, segurança, reabilitação urbana e dinamismo à região central" (Curitiba, 2006), conforme matéria da

Prefeitura Municipal, o programa Marco Zero contou, dentro do perímetro estabelecido para o projeto (no entorno da Praça Tiradentes), com a troca de asfalto de vias, recuperação do piso de petit pavé, limpeza das caixas de captação de águas pluviais, limpeza da galeria pluvial existente e implantação de uma nova e limpeza de coberturas e toldos de um equipamento cultural municipal.

O projeto Novo Centro envolveu reforma do Paço da Liberdade e recuperação de seu entorno imediato e revitalização da Rua Riachuelo, em parcerias público-privadas, com especial envolvimento de associações comerciais (Crestani, 2015). Sob o discurso de valorização do local (vinculada à sua imagem patrimonial) e de “manutenção das condições de vida dos moradores e comerciantes locais” (Crestani, 2015, p. 185), a recuperação da Rua Riachuelo contou com reforma das calçadas, instalação de nova sinalização e iluminação, pintura das fachadas históricas e oferta de treinamentos e consultorias de gestão empresarial à comunidade, além de alteração de regulações de uso e ocupação do solo que permitiram o surgimento de torres habitacionais junto às fachadas históricas da via. As propostas do projeto, conforme destaca Crestani (2015, p. 188), foram encaminhadas para “beneficiar o setor imobiliário”, de maior *status* econômico.

O programa Rosto da Cidade, por sua vez, realizado em parceria com a iniciativa privada, foi concebido com o *slogan*: “uma ação para resgatar a história e a identidade de Curitiba” (Curitiba, 2022). Dividido em seis etapas de organização espacial, em uma área de 2 km<sup>2</sup>, o projeto visou a recuperação e preservação do Centro Histórico da cidade. Foram realizadas ações de pintura sobre pichações, aplicando tinta de resina especial de modo a dificultar ocorrências futuras, restauração de fachadas e de pavimentação e melhorias na acessibilidade, paisagismo e iluminação pública (Curitiba, 2018b). Destaca-se a realização do programa por meio de parcerias com associações comerciais, cujo interesse se embasa na promoção de melhoria aos negócios propiciada pela melhoria do espaço físico do centro (ibid., 2018b).

Vargas e Castilho (2009, p. 26-27) destacaram a experiência precoce de Curitiba com uma política de urbanismo orientada por estratégias de *city marketing*, na qual o próprio planejamento urbano visava a manutenção da imagem da cidade. Essas estratégias, conforme as autoras, permeiam também o relacionamento entre poder público e a população, a partir da implementação de políticas de comunicação voltadas a fomentar, junto aos cidadãos, um pertencimento identitário que legitima as práticas urbanas implementadas na cidade.

Segundo Ultramari e Rezende (2007, p. 13), Curitiba é “largamente reconhecida pela sua valorização do urbanismo imagético”, fato que pode ser observado em diversas ações realizadas na cidade ao longo das últimas décadas. As estratégias de *city marketing* começaram a ser implementadas em Curitiba na década de 1970, no entanto a mercantilização da cidade por meio de projetos nacionalmente divulgados (e.g. Ópera de Arame, Jardim Botânico, Rua 24 Horas) — a fim de compor a “imagem da cidade” —, fez com

que a região central ficasse em segundo plano “na pauta das reformas urbanas até meados dos anos 2000” (Crestani, 2015, p. 184). Essa valorização da imagem da cidade, apesar de “importante para atrair capital e pessoas, em um período de intensa competição urbana” (Vargas; Castilho, 2009, p.45), encobre conflitos sociais e desigualdades.

Por outro lado, a despeito dessas intervenções, a possível reversão do quadro de esvaziamento, abandono e deterioração física da área central pode ser observada a partir de outras dinâmicas no centro de Curitiba, como as apropriações espontâneas e temporárias do espaço.

### A CIDADE EFÊMERA NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA (PR)

As manifestações culturais em logradouros públicos em Curitiba são regulamentadas pelo Decreto n.º 215/2019<sup>2</sup>. Define-se, no Art. 5º, que as manifestações culturais não podem “impedir a livre circulação e fluxo de pedestres, bem como impedir a acessibilidade” (Curitiba, 2019, não p.). Já no Art. 10 é determinado que “as apresentações deverão ser gratuitas para o público, permitida a doação espontânea”.

Já a realização de eventos de grande porte no município regulamentada pela Lei n.º 10.906/2003. Em seu artigo 2º, inciso I (Curitiba, 2003, não p.), define-se:

I - evento de grande porte - todo e qualquer evento de natureza artística, cultural, promocional, religiosa, esportiva e outros assemelhados, a serem realizados em:

- a) local fechado - com capacidade de público igual ou superior a 1.000 (uma mil) pessoas;
- b) local aberto delimitado fisicamente - com capacidade de público igual ou superior a 2.000 (duas mil) pessoas.

No caso de eventos de grande porte em local aberto, há necessidade de expedição de alvará de licença para localização temporária, conforme Art. 6º da mesma lei.

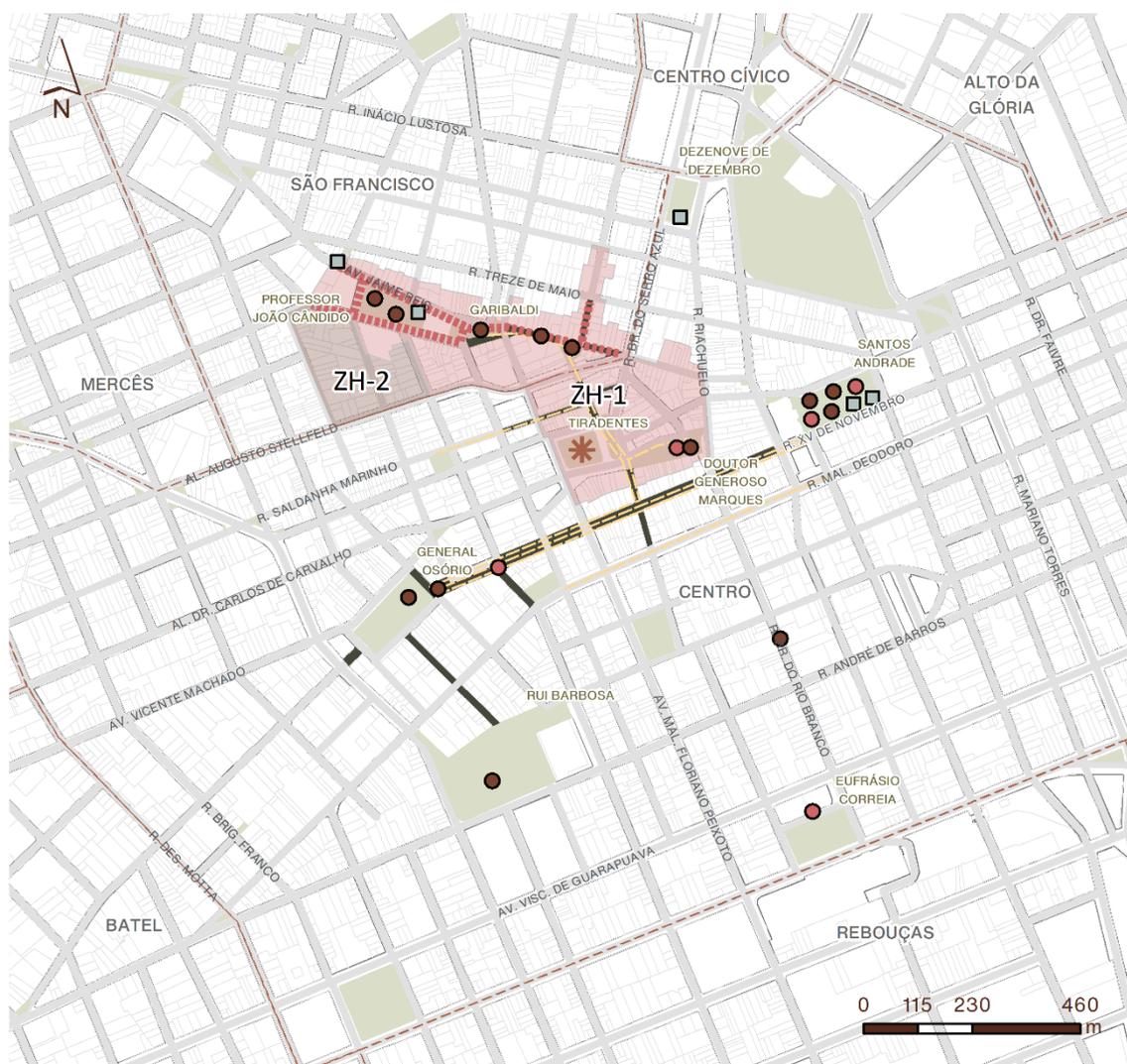
Para a compreensão da disposição espacial de usos temporários na região central de Curitiba, neste trabalho, são considerados os eventos realizados em espaços públicos abertos, tais como praças, ruas e largos, em vazios urbanos ou em estacionamentos; sem divulgação na mídia tradicional; organizados por coletivos ou outras formas de organização da sociedade civil; com público inferior a 2.000 pessoas, caracterizando eventos de pequeno porte.

Em primeiro momento, destaca-se a dificuldade de levantamento de dados referentes aos usos temporários na região central de Curitiba, tanto na sua identificação — devido à ausência de uma base que concentre tal informação —, quanto no levantamento das características de cada uso (como número de participantes), devido ao fato de que não são organizados a partir de uma gestão institucionalizada e à dificuldade de contato com as comissões organizadoras de cada evento. Em função dessa dificuldade, foram também mapeados eventos de organização municipal ou estadual, a fim de oferecer maiores subsídios quanto à concentração de eventos culturais de pequeno porte na área central do município.

A Figura 7, a seguir, indica o mapeamento<sup>3</sup> de os usos temporários identificados na área central de Curitiba, desenvolvido por meio de observação participante e busca em *websites* e redes sociais<sup>4</sup>. Destaca-se, no entanto, que este se trata de um mapeamento prévio, não estático. Sua finalidade é realizar uma apreensão inicial de onde os usos temporários acontecem, sem o objetivo de transpor a realidade, visto que o levantamento apresentado neste trabalho não compreende a totalidade de usos temporários realizados no centro de Curitiba.

No mapeamento realizado (Figura 7), os usos temporários foram organizados em eventos de fluxo (em que a atração é móvel e segue um trajeto determinado)<sup>5</sup>, eventos de concentração (em que a atração é fixa) e eventos de concentração de organização municipal ou estadual.

Figura 7: Espacialização dos usos temporários na região central de Curitiba (PR)



**Legenda**

- |  |                       |  |                                 |  |  |
|--|-----------------------|--|---------------------------------|--|--|
|  | Marco Zero            |  | Zona Histórica 1                |  | Eventos de concentração municipais e estaduais |
|  | Limite de bairros     |  | Zona Histórica 2                |  | Eventos de concentração                        |
|  | Praças e jardins      |  | Eixo de eventos de concentração |  | Eventos de fluxo (local de concentração)       |
|  | Eixos viários         |  | Eixo de eventos de fluxo        |  |  |
|  | Ruas pedestrianizadas |  |                                 |  |  |

Fonte: elaborada pela autora, a partir de dados de IPPUC (2023), Bem Paraná e SMCS (2022), Bem Paraná (2022), Curitiba ([2023?]), Festival de Curitiba (c2021), FIV (2022), Jornada de Agroecologia ([2022?]), Paraná (2022a, 2022b) e Rede Empresarial Centro Histórico Curitiba (2022).

Observa-se, pelo mapeamento desenvolvido, que os usos temporários se concentram junto às praças e ao longo de ruas pedestrianizadas, com principal concentração sobre o eixo da Rua XV de Novembro, interligando as praças Osório e Santos Andrade, e no eixo do Largo da Ordem, até a Praça João Cândido — demonstra-se, assim, proximidade dos usos a lugares com alto fluxo de pedestres. A partir dessa análise, torna-se possível delimitar o espaço que recebe, de forma majoritária, os usos temporários na região central de Curitiba, a qual coincide

com seu Centro Histórico. A Figura 8, a seguir, retrata usos temporários realizados nesse recorte.

Figura 8: Usos temporários na região central de Curitiba (PR)



Nota: 1 - Feira gráfica Mamute, na Praça Eufráasio Correia, em 2022; 2 - Pré-carnaval, na Praça Doutor Generoso Marques e trecho da Rua XV de Novembro, em 2023; 3 - Cortejo de Maracatu na Praça Tiradentes, em 2020; 4 - Performance na Praça João Cândido, pelo Programa Público do Museu Paranaense, em 2022; 5 - Marcha do Orgulho Crespo, na Rua XV de Novembro, em 2022; 6 - Feira da Jornada de Agroecologia, na Praça Santos Andrade, em 2019.

Fonte: elaborada pela autora, a partir de dados de Aroeira (2020), Paraná (2022c), Bem Paraná e SMCS (2022), Jornada de Agroecologia (2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão do surgimento do centro como local de concentração de atividades e de comércio, serviços e lazer, este trabalho contextualiza o processo de esvaziamento das áreas centrais verificado a partir de 1950 e a possível reversão desse quadro nas últimas décadas (2010 e 2020), bem como os projetos de revitalização implementados nessas áreas. Ao longo desses períodos, o centro passou por alterações nas suas dinâmicas, com mudanças de usos e intensidade de ocupação do solo, bem como do perfil social de usuários do espaço, gerando o retrato atual do centro das cidades brasileiras. Diante desse cenário, apropriações coletivas do espaço, caracterizadas por seu caráter temporário, têm se mostrado como práticas com potencial de reanimar as áreas centrais.

Ao longo das décadas, o centro tem se esvaziado, contudo sem deixar de ser o locus de concentração de vida na cidade. Esses espaços representam um território no qual a cultura, amparada pelo forte simbolismo atrelado ao local de origem e formação dos núcleos urbanos, disputa espaço com a espetacularização e com a cidade de negócios. A produção do espaço por um viés cultural, conforme Reijndorp (2013), considera o seu contexto de inserção, refletindo a identidade da cidade, sem, contudo, utilizá-la como estratégia de *city marketing*. Essa forma produção pode ser, também, encontrada em práticas de apropriação coletiva do espaço, comumente esquecidas pelo planejamento urbano formal, como os usos temporários.

De modo a conceituar os usos temporários, diante da limitação de referencial teórico sobre o tema, recorreu-se a analogias. Os usos temporários foram compreendidos como manifestações culturais da vida cotidiana, embora distintas da rotina, concretizadas em apropriações efêmeras do espaço. Organizados por iniciativas da sociedade civil, podem ser vistos como práticas de microplanejamento e microrresistência. Ademais, devido destaque deve ser dado à dimensão temporal dessas apropriações do espaço: sendo de duração finita, há possibilidade de inserção de usos múltiplos em um mesmo espaço, apresentando potencial para melhorar a vitalidade do espaço urbano.

Valendo-se da área central de Curitiba como estudo de caso, a leitura e análise da realidade apontam para o início de um possível processo de reversão do esvaziamento demográfico no centro da cidade. Em paralelo, nota-se que o cenário da ocupação efêmera na área central concentra-se em locais com forte vínculo à imagem da cidade, sobretudo no Centro Histórico.

Por fim, a investigação desenvolvida compõe um debate emergente no planejamento urbano — a incorporação de usos de caráter temporário nesse campo de estudo, cuja relevância é corroborada por diversos autores (e.g. Jacques, 2011; Carvalho, Magalhães; Galindo, 2012; Oswalt; Overmeyer; Misselwitz, 2013) —, podendo se apresentar como uma contribuição relevante para a reversão do cenário de degradação física e de esvaziamento dos centros urbanos.

## REFERÊNCIAS

- ABDALLA, Sharon. **Riachuelo: uma rua em transformação**. 18 jul. 2015. Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/imoveis/riachuelouma-rua-em-transformacao-d08m44ffkfquoomnofqym0bgw/>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- ALMEIDA, Newton. **IPPUC anuncia revitalização da Rua Riachuelo**. 28 maio 2009. Tribuna. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/ippuc-anuncia-revitalizacao-da-rua-riachuelo/>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- AROEIRA. **Registro fotográfico em rede social**. 2020. Disponível em: [https://www.facebook.com/photo/?fbid=3437278879647908&set=pb.100063484391740.-2207520000.&locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/photo/?fbid=3437278879647908&set=pb.100063484391740.-2207520000.&locale=pt_BR). Acesso em: 08 jun. 2023.
- BEM PARANÁ. **Praça Viva chega em Curitiba com apresentações musicais e teatro**. 21 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/cultura/praca-viva-chega-em-curitiba-com-apresentacoes-musicais-e-teatro/>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- BEM PARANÁ; SMCS. **Marcha do Orgulho Crespo volta à Curitiba depois de dois anos; veja fotos**. 12 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/marcha-do-orgulho-crespo-volta-a-curitiba-depois-de-dois-anos-veja-fotos/>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- BLASCOVI, Keila de Matos. **Reabilitação urbana: o fenômeno da centralidade e o uso funcional de edifícios não utilizados ou subutilizados nos centros urbanos: o caso de Curitiba**. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.
- BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas**. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.prourb.fau.ufrj.br/integrantes/andrea-de-lacerda-pessoa-borde/>. Acesso em: 27 out. 2022.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **Geosp: Espaço e Tempo (Online)**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 472, 12 dez. 2014. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.89588>.
- CARVALHO, Manoel José Ferreira de. **A cidade efêmera do carnaval**. Salvador: EDUFBA, 2016. 232 p. Organização de Edvard Passos.

CARVALHO, Manoel José Ferreira de; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; GALINDO, Ernesto Pereira. Megaeventos de Rua: a contribuição teórica e metodológica do Plano de Estruturação Físico-Ambiental do Carnaval de Salvador (PEC) para o planejamento dos eventos e das cidades. In: **Pluris 2012 - Planejamento Urbano e Regional, Integrado e Sustentável**. Brasília: 2012. <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.11300.88960>.

CRAWFORD, Margaret. Everyday urbanism. In: OSWALT, Philipp; OVERMEYER, Klaus; MISSELWITZ, Philipp. **Urban Catalyst: the power of temporary use**. Berlim: DOM publishers, 2013. P. 151-154.

CRESTANI, Andrei Mikhail Zaiatz. As faces (in)visíveis da regeneração urbana: Rua Riachuelo e a produção de um cenário gentrificado. **Cadernos Metrôpole**, [S.L.], v. 17, n. 33, p. 179-200, maio 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3308>.

CURITIBA. **Decreto nº 215, de 15 de fevereiro de 2019**. Regulamenta a Lei Municipal nº 14.701, de 29 de julho de 2015. Curitiba, 15 fev. 2019. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2019/00251447.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CURITIBA. Instituto Municipal Curitiba Turismo. Fundação Cultural de Curitiba. **Eventos Fixos**. [2023?]. Disponível em: <https://turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/eventos-fixos/693>. Acesso em: 22 jan. 2023.

CURITIBA. **Lei nº 508, de 05 de agosto de 1998**. Dispõe sobre o projeto "Cores da Cidade Curitiba" - Fase II. Curitiba, 1998. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1998/51/508/decreto-n-508-1998-dispoe-sobre-o-projeto-cores-da-cidade-curitiba-fase-ii-1998-08-05-versao-original>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CURITIBA. **Lei nº 10.906, de 18 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a promoção e realização de eventos de grande porte no Município de Curitiba. Curitiba, PR, 18 dez. 2003. Disponível em: <http://mid.curitiba.pr.gov.br/2019/00261354.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Complexo cultural Cine Passeio vai transformar a região da Rua Riachuelo**. 10 fev. 2017. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/complexo-cultural-cine-passeio-vai-transformar-a-regiao-da-rua-riachuelo/41168>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Em 2008, reforma da Tiradentes, a mais antiga praça da cidade**. 05 dez. 2007. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/em-2008-reforma-da-tiradentes-a-mais-antiga-praca-da-cidade/11857>. Acesso em: 03 fev. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Pesquisa inédita aponta o perfil da produção imobiliária em Curitiba**. 17 dez. 2018a. Disponível em:

<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/pesquisa-inedita-aponta-o-perfil-da-producao-imobiliaria-em-curitiba/48716>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Prefeitura iniciará revitalização da rua Riachuelo na terça-feira, 3**. 29 out. 2009. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-iniciara-revitalizacao-da-rua-riachuelo-na-terca-feira-3/17795>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Prefeitura revitaliza ruas próximas à Praça Tiradentes**. 09 jan. 2006. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-revitaliza-ruas-proximas-a-praca-tiradentes/3394>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Programa Rosto da Cidade dá início à recuperação urbana do Centro de Curitiba**. 20 nov. 2018b. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/programa-rosto-da-cidade-da-inicio-a-recuperacao-urbana-do-centro-de-curitiba/48326>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Regionais**. 2023. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/o-que-sao-regionais/80>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Rosto da Cidade: uma ação para resgatar a história e a identidade de Curitiba**. 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/rostodacidade>. Acesso em: 29 out. 2022.

FESTIVAL DE CURITIBA. **Festival na Rua**. c2021. Disponível em: <https://festivaldecuritiba.com.br/eventos/festival-na-rua/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

FGVcev. **Projeto Centro Vivo**. c2023. Disponível em: <https://cev.fgv.br/programas/projeto-centro-vivo>. Acesso em: 02 fev. 2023.

FIV. **Festival Internacional de Videomapping de Curitiba**. 2022. Disponível em: <https://www.fivbr.com>. Acesso em: 22 jan. 2023.

GADENS, Letícia Nerone. **O processo de degradação física das áreas centrais e sua relação com a dinâmica urbana: estudo de caso em Curitiba, Paraná**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

GADENS, Letícia Nerone; ULTRAMARI, Clóvis; REZENDE, Denis Alcides. Irracionalidades urbanas e requalificação de áreas centrais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 21-35, set./dez. 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/422>. Acesso em: 08 nov. 2022.

HEHL, Rainer. A convergência de micro e macroatores rumo a redes multiescalares para intervenções urbanas. In: ROSA, Marcos L. (org.). **Microplanejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011. p.178-189.

HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia Sanmartin. Repensando a relevância dos microeventos para a cidade do Rio de Janeiro. In: PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org.). **Comunicação e cidade espetáculo**. São Paulo: Intercom, 2017. p. 119-136.

IBGE. **Agregados por bairros: básico**. Censo 2022. 2022. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Agregados\\_por\\_Setores\\_Censitarios/Agregados\\_por\\_Bairro\\_xlsx/](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Censos/Censo_Demografico_2022/Agregados_por_Setores_Censitarios/Agregados_por_Bairro_xlsx/). Acesso em: 25 nov. 2024.

IBGE. **Agregados por setores censitários: Paraná**. Censo 2010. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10410>. Acesso em: 25 nov. 2024.

IPPUC. **Dados Geográficos**. 2023. Disponível em: <http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>. Acesso em: 22 jan. 2023.

IPPUC. **Linha do Tempo Planejamento Urbano**. c2022a. Disponível em: <https://www.ippuc.org.br/linha-do-tempo-planejamento-urbano>. Acesso em: 15 jan. 2023.

IPPUC. **Perfil da Produção Imobiliária Formal em Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 2019. Disponível em: [http://www.ippuc.org.br/visualizar.php?doc=http://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D315/D315\\_025\\_BR.pdf](http://www.ippuc.org.br/visualizar.php?doc=http://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D315/D315_025_BR.pdf). Acesso em: 19 jan. 2023.

IPPUC. **Projetos**. c2022b. Disponível em: <https://ippuc.org.br/projetos-2>. Acesso em: 02 fev. 2023.

JACQUES, Paola Berenstein. Microrresistências urbanas: por um urbanismo incorporado. In: ROSA, Marcos L. (org.). **Microplanejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011. p. 162-175.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **18ª Jornada de Agroecologia conquista diálogo entre campo e cidade**. 2019. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/2019/09/02/18a-jornada-de-agroecologia-conquista-dialogo-entre-campo-e-cidade/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **O que é a Jornada**. [2022?]. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/o-que-e-a-jornada/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

LACERDA, Norma; BERNARDINO, Iana Ludermir. Ressemantização das áreas centrais das cidades brasileiras e mercado imobiliário habitacional: o caso recifense (Brasil). **Cadernos Metrôpole**, [S.L.], v. 22, n. 49, p. 913-934, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4911>.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, S.L, v. 7, n. 2, jul. 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628>. Acesso em: 06 dez. 2022.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Habitação de interesse social em cenários de revalorização urbana: considerações a partir da experiência carioca. **Cadernos Metrôpole**, S.L, v. 17, n. 34, p. 441-459, nov. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/21820>. Acesso em: 09 nov. 2022.

O EXPRESSO. **Curitiba em números**. 2023. Disponível em: <https://oexpresso.curitiba.br/curitibaemnumeros/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

OSWALT, Philipp; OVERMEYER, Klaus; MISSELWITZ, Philipp. **Urban Catalyst: the power of temporary use**. Berlim: DOM publishers, 2013. 384 p.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. Secretaria da Comunicação. **Museu da Imagem e do Som promove diferentes atividades culturais nesta quinta-feira**. 18 out. 2022a. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Museu-da-Imagem-e-do-Som-promove-diferentes-atividades-culturais-nesta-quinta-feira>. Acesso em: 22 jan. 2023.

PARANÁ. Museu Paranaense. Secretaria da Cultura. **Museu Paranaense: performance de artista indígena contemporânea surpreende no Centro Histórico**. 2022c. Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Noticia/Museu-Paranaense-performance-de-artista-indigena-contemporanea-surpreende-no-Centro>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PARANÁ. Museu Paranaense. Secretaria da Cultura. **Programa Público**. 2022b. Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Programa-Publico>. Acesso em: 22 jan. 2023.

PASQUOTTO, Geise Brizotti. Renovação, revitalização e reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. **Complexus**, Salto-SP, v. 1, n. 2, p. 143-149, set. 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330224303\\_Renovacao\\_Revitalizacao\\_e\\_Reabilitacao\\_reflexoes\\_sobre\\_as\\_terminologias\\_nas\\_intervencoes\\_urbanas](https://www.researchgate.net/publication/330224303_Renovacao_Revitalizacao_e_Reabilitacao_reflexoes_sobre_as_terminologias_nas_intervencoes_urbanas). Acesso em: 14 nov. 2022.

PIO, Leopoldo Guilherme. Cidade e Patrimônio nos projetos Corredor Cultural e Porto Maravilha. **Revista Húmus**, S.L, v. 4, n. 10, p. 55-65, jan-abr. 2014. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/2360>. Acesso em: 29 out. 2022.

REDE EMPRESARIAL CENTRO HISTÓRICO CURITIBA. **Festival de Inverno**. 2022. Disponível em: <https://www.centrohistoricodecuritiba.com.br/festival-de-inverno/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

REIJNDORP, Arnold. Cultural Generators. In: OSWALT, Philipp; OVERMEYER, Klaus; MISSELWITZ, Philipp. **Urban Catalyst: the power of temporary use**. Berlim: DOM publishers, 2013. P. 132-137.

ROSA, Marcos L. Práticas urbanas criativas. In: ROSA, Marcos L. (org.). **Microplanejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011. p. 14-21.

SOBRAL, Laura. **Isso não é um evento: uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos**: estudo de caso - o Largo da Batata. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-11092018-165311/pt-br.php>. Acesso em: 02 dez. 2022.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**. Distrito Federal, México, n. 54, p. 114-139, ago. 2004.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (org.). **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. 2. ed. rev. ampl Barueri, SP: Manole, 2009. xxix, p. 1-51.

VILLAÇA, Flavio. Os centros principais. In: VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP, c2001. p. 237-292.

---

1 Utiliza-se as aspas nos termos "centro novo" e "centro velho" de modo a destacar a terminologia utilizada no imaginário dominante (Villaça, 2001, p. 282), de que o "centro novo" passou a ser o centro da cidade e o "centro velho" deixou de o ser, apresentando deterioração e decadência.

2 Regulamenta a Lei Municipal n.º 14.701, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do município de Curitiba.

3 Os seguintes usos temporários foram mapeados:

a) Eventos de fluxo: Pré-Carnaval, Marcha do Orgulho Crespo e Maracatu do grupo Aroeira

---

b) Eventos de concentração: Mamute feira gráfica, Festival Internacional de Videomapping de Curitiba e Jornada de Agroecologia.

c) Eventos de concentração municipais e estaduais: Natal de Curitiba – Luz dos Pinhais, Praça Viva, Festival de Teatro (Festival na Rua), feiras de inverno, primavera e Natal, feira do Largo da Ordem, Festival de Inverno, programa público do Museu Paranaense e Tons Vizinhos: Quintas Musicais do Museu da Imagem e do Som (MIS).

4 Não foram identificadas informações de número de participantes para todos os eventos. Mesmo na ausência dessa informação, os eventos foram inseridos no mapeamento em função de sua relevância para a pesquisa, considerando-se as demais características buscadas (realização em espaços públicos abertos, tais como praças, ruas e largos, em vazios urbanos ou em estacionamentos; divulgação por outros modos distintos da mídia tradicional; e organização por coletivos ou outras formas de organização da sociedade civil). Eventos de organização municipal ou estadual também foram incluídos no mapeamento devido ao seu potencial de aglutinação de pessoas e de gerar vitalidade na área central.

5 Alguns eventos categorizados como de fluxo apresentam características de eventos mistos. No entanto, foram considerados como eventos de fluxo, uma vez verificada predominância do caráter de percurso em detrimento ao caráter de concentração.